

CORREIO SUDESTE

Portal Gov.br



Norma protege contra obstáculos no processo de matrícula

Nova lei dá prioridade a alunos PcDs em escolas do Rio

Uma nova legislação garante prioridade para pais e responsáveis por alunos com deficiência ou mobilidade reduzida na escolha de unidades da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. A regra está prevista na Lei 11.209/26, de autoria do deputado Thiago Gagliasso (PL), sancionada pelo Governo do Estado e publicada no Diário Oficial desta terça-feira (2). O direito de preferência vale para a matrícula inicial e também para o remanejamento. Caberá à Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) a organização do atendimento. “Essa norma busca assegurar o desenvolvimento pleno e o bem-estar dos estudantes que já demandam cuidados específicos”, defendeu o autor da proposta.

Detalhes técnicos e veto parcial

A Seeduc deverá divulgar uma lista com a acessibilidade, equipe multidisciplinar e práticas pedagógicas de cada escola. Qualquer discriminação ou barreira na matrícula será punida. O governador em exercício, Ricardo Couto, vetou o artigo que obrigava o Estado a fazer obras imediatas de adaptação nas unidades escolhidas que ainda não estivessem prontas. O argumento foi a falta de impacto orçamentário.

Erick Quintanilha/Alerj



Proposta promove a distribuição equilibrada de recursos

Alerj propõe mais verba à saúde

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) planeja propor emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2027) para aumentar os repasses de saúde aos municípios. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, Douglas Ruas (PL), em audiência pública com prefeitos fluminenses. A proposta cria um piso mensal de R\$ 3 milhões por cidade para equilibrar a distribuição de verbas, que hoje sofrem com atrasos frequentes. A medida visa adotar critérios técnicos e dar segurança financeira para os gestores locais organizarem os serviços.

Calendário e outras cobranças

O projeto também pretende instituir por lei um calendário fixo de pagamentos, garantindo previsibilidade mensal. Durante o encontro, os prefeitos também cobraram verbas para a conservação de rodovias estaduais pelo DER-RJ. O presidente da Comissão de Orçamento, Gustavo Tutuca (PP), lembrou que o cenário fiscal é delicado, com déficit previsto de R\$ 13 bilhões para o próximo ano.

Alerta virtual

A Alerj aprovou o projeto de lei do deputado Anderson Moraes (PL) que cria uma campanha contra o estupro virtual nas escolas públicas e privadas do Rio. O objetivo é combater a violência digital contra menores por meio de palestras, seminários e parcerias com a Polícia Civil. O texto segue para sanção do governo.

Bolsa Família

Mais de 393 mil famílias do Rio deixaram o Bolsa Família desde 2023 após superarem a pobreza, colocando o estado em 5º lugar no ranking nacional de saídas. Só em maio de 2026, foram 15,7 mil desligamentos no RJ, liderados pela capital (4.387). O avanço é impulsionado por empregos formais e pela Regra de Proteção do programa.

Ensino bilingue

O Governo renovou a parceria com a França para fortalecer as três escolas estaduais interculturais Brasil-França, em Niterói, Mesquita e Volta Redonda. O acordo foi assinado pelo governador em exercício, Ricardo Couto, e o embaixador Emmanuel Lenain. O modelo oferece ensino de tempo integral e formação bicultural.

Febre amarela

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) emitiu um alerta técnico para reforçar a vigilância contra a febre amarela no Rio. Embora o estado não tenha casos, o avanço da doença em São Paulo e no Pará ligou o sinal de alerta. O monitoramento de mortes de macacos, que servem como sentinelas do vírus, foi intensificado, e a vacinação é prioritária.

Tradição

São Gonçalo realiza nesta quinta (4) a celebração de Corpus Christi, que deve atrair 120 mil pessoas. O evento terá a montagem de 236 tradicionais tapetes de sal a partir das 7h, missa às 16h conduzida por Dom Geraldo de Paula e procissão. Ruas do Centro serão interditadas para o tráfego já na noite de quarta-feira (3).

Limpeza do canal

A Prefeitura de Cabo Frio realizou uma operação de recuperação ambiental no Canal do Itajuru nesta terça (2). A ação integrada da Comsercaf, Secretaria de Meio Ambiente e Guarda Marítima retirou estruturas submersas, barcos abandonados e resíduos. O foco foi melhorar as condições ambientais e a segurança do local.



Renúncia de Castro o impediu de ter a cassação do diploma

TSE mantém Cláudio Castro inelegível até o ano de 2030

Tribunal rejeita tese de que houve cassação do diploma

Marcelo Perillier

Por 5 votos a 2 os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitaram os embargos de declaração do Ministério Público (MP) referentes à cassação do diploma de governador de Cláudio Castro e mantiveram a inelegibilidade do político até 2030. Para a maioria do TSE, a renúncia de Castro do governo para se candidatar ao Senado anulou a possibilidade de cassar o diploma, mas não sua condenação de abuso de poder político e econômico, utilizando-se as estruturas do CEPERJ e da UFRJ para contratação de servidores temporários nas duas instituições, que funcionaram como cabo eleitorais de Castro.

Votaram para derrubar o embargo do MP os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, relator do processo no TSE, André Mendonça, Dias Toffoli, Antonio Carlos Ferreira e Nunes Marques. Votaram a favor do MP os ministros Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha.

Com a decisão desta terça-feira (2), o Supremo Tribunal Federal (STF), deve retomar o julgamento sobre como se derá a eleição do mandato-tampão no Rio de Janeiro, interrompido com o pedido de vista do ministro Flávio Dino, justamente para esperar a decisão final do TSE quanto a questão da cassação ou não do diploma de Castro.

Com a renúncia de Cláudio

Castro, o sucessor natural para comandar o estado do Rio de Janeiro seria o vice-governador, Thiago Pampolha. Porém, ele foi indicado e assumiu uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Com isso, o segundo na linha sucessória seria o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o deputado Rodrigo Baccellar. Todavia, ele também ficou inelegível como Castro pelo mesmo esquema no CEPERJ e na UFRJ, mas com o agravante que teve o diploma cassado. Assim, o comando do território fluminense ficou com presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), desembargador Ricardo Couto.

O presidente do TJ-RJ teria que ficar de forma interina e convocar eleições para eleger o novo governador do estado até o fim do ano. Só que criou-se um impasse em relação à saída de Castro, se ele teve ou não o diploma cassado pelo TSE com sua inelegibilidade. Com a decisão, agora cabe ao STF definir o modelo da eleição suplementar, se será direta ou indireta.

O julgamento no STF ainda não tem data para ser retomado, mas a tendência é de que ele seja resolvido o mais rapidamente possível, para que dê tempo de se eleger um governador tampão no estado do Rio antes de as eleições regulamentares de outubro.